

## **EXPERIÊNCIAS REPUBLICANAS E INTERVENÇÕES EDUCATIVAS (O EXEMPLO DA I REPÚBLICA PORTUGUESA, 1910-1926)**

Joaquim Pintassilgo

Universidade de Lisboa – Instituto de Educação

O presente texto tem por finalidade reflectir sobre alguns dos grandes princípios em que assentava o discurso pedagógico do republicanismo e sua relação com experiências educativas concretas desenvolvidas em Portugal durante o período republicano. A I República (1910-1926) foi, apesar da sua curta duração, um período de enorme riqueza e diversidade, tanto no que se refere à reflexão pedagógica produzida como no que diz respeito às muitas iniciativas desenvolvidas, em particular no campo da educação popular, iniciativas essas resultantes do esforço de sectores muito diversificados. Muitas dessas iniciativas tinham como finalidade, para além da alfabetização, a formação, nos planos cívico e moral, dos cidadãos necessários à preservação da própria República. Analisaremos aqui, por um lado, o caso concreto dos centros escolares republicanos e, por outro, alguns dos contornos do projecto de formação de cidadãos então desenvolvido pelo republicanismo. Pretendemos, com a reflexão que aqui se propõe, acima de tudo, interpelar a República naquilo que ela tem de presente para nós e que nos permite estabelecer um diálogo com os seus actores, os seus projectos e as suas experiências.

### **1. A educação popular: elemento central do projecto de regeneração social promovido pelo republicanismo**

Um dos principais lugares-comuns presentes em grande parte dos discursos difundidos entre o final do século XIX e o início do século XX, designadamente os oriundos do campo republicano, era o que considerava a educação como factor principal do progresso das sociedades. A importância dessa concepção resultava da conjugação das influências iluminista e positivista. No que diz respeito ao republicanismo, podemos mesmo considerar o positivismo, ainda que não um positivismo ortodoxo, como a sua grande fonte doutrinária. Bem na linha do organicismo que caracterizava essa corrente, o republicanismo imaginava a república como momento de regeneração social, ou seja, de construção de uma nova era, ainda que enraizada no passado da comunidade

nacional, mas que a retirasse da decadência em que havia caído, segundo se acreditava, por responsabilidade da monarquia. Nessa óptica, era à educação que estava atribuída a missão de construir o «homem novo» republicano, o cidadão consciente e participativo capaz de garantir a permanência do novo regime (Araújo, 1997).

Depois do momento mágico que foi a instauração da República, encarada como redentora, muitos dos actores do campo republicano tiveram consciência de que a principal tarefa só então começava, consistindo esta em implantar a república na mente e, principalmente, no coração dos portugueses. Esta lógica de revolução cultural implicava o combate à entidade que surgia como o inimigo a abater no terreno cultural – o catolicismo. Daí a importância que o anti-clericalismo e, em especial, o projecto de laicização da sociedade assumiam no âmbito do discurso e da prática política republicana. O laicismo apresentava-se, na verdade, como a alternativa ao catolicismo no que se refere à função de integração social. A escola, em particular a escola primária, era vista como o lugar privilegiado para a formação do cidadão, daí a importância que a educação moral e cívica passou a desempenhar no currículo escolar, tanto no que se refere à sua dimensão formal, como no que diz respeito a todo um vasto conjunto de símbolos e rituais que são difundidos, no terreno escolar e na sociedade em geral, tendo em vista a republicanização dos portugueses (Catroga, 1991).

O activismo político republicano e o labor cultural de pendor iluminista da maçonaria foram, assim, algumas das condições que favoreceram a afirmação de um discurso que colocava o povo e a sua educação no centro do debate político e social. Subjacente a este debate estava, em primeiro lugar, a questão do analfabetismo. As estatísticas publicadas na segunda metade do século XIX conduziram à sua traumática descoberta pela minoria culta do país, ao mostrarem que a esmagadora maioria do povo português nunca havia frequentado a escola, não sabendo ler nem escrever. O discurso então difundido, em particular pelos republicanos, dramatizou ao limite esse problema e pressupunha um olhar acentuadamente desvalorizador sobre a figura do analfabeto, colocado na antecâmara da “civilização” e a quem era atribuída uma espécie de menoridade cívica. O analfabeto, pela sua incapacidade de aceder à cultura escrita, não estaria em condições de ser o cidadão-eleitor, consciente e participativo, almejado pela república. Assim se explica o investimento simbólico nesse combate e o desenvolvimento de múltiplas iniciativas no campo da alfabetização, tanto de crianças como de adultos, cujo exemplo mais emblemático é constituído pelas Escolas Móveis pelo Método de João de Deus (Pereira, 1998). Assim se explica, também, a estreita

articulação então fomentada entre alfabetização e educação cívica, no âmbito do já referido projecto global de formação do cidadão. A aprendizagem de competências ao nível do ler, escrever e contar surge em paralelo com as preocupações relativas à interiorização, por parte dos futuros cidadãos, dos novos valores laicos e patrióticos associados ao republicanismo. Para além de consciente dos direitos e deveres correspondentes, o cidadão a formar devia ser, igualmente, exemplar do ponto de vista da sua moralidade, o que implicava o desenvolvimento de todo um projecto de regeneração individual e social e de combate aos chamados “males” e “vícios” sociais.

Vão conhecer, igualmente, a luz do dia várias outras experiências nos terrenos da educação popular, dinamizadas por sectores políticos e sociais muito diversificados - do Estado à iniciativa particular, do republicanismo e da maçonaria ao anarquismo, das associações operárias à intelectualidade - e assumindo formas muito diversas, como creches, asilos, escolas operárias, escolas de centros republicanos, universidades livres e populares, entre muitas outras (Bandeira, 1994; Candeias, 1987; Fernandes, 1993; Gonçalves, 2007; Proença, 2008).

Refiramos, a título de exemplo, duas dessas instituições, começando por uma das mais prestigiadas e bem sucedidas, a Voz do Operário, criada em 1883, já depois do início da publicação da revista com o mesmo nome, por iniciativa dos manipuladores de tabaco, que abriu a primeira escola em 1891 e, na década de 20, já tinha mais de 70.000 sócios e sustentava ou apoiava mais de sete dezenas de escolas de primeiras letras (Lopes, 1995). No que diz respeito ao carácter inovador das suas opções pedagógicas, a mais emblemática das experiências então desenvolvidas foi a da Escola Oficina n.º 1, situada no bairro da Graça em Lisboa e criada em 1905 por uma associação maçónica. A partir do momento em que se passou a fazer sentir a influência de um grupo de professores libertários, em particular de Adolfo Lima, a escola tornou-se um *ex libris* da chamada Educação Nova em Portugal e lugar de experiências várias, designadamente no que diz respeito à autonomia dos alunos - através da criação de uma associação designada por «Solidária» -, à prática da coeducação, à concretização curricular de áreas como os trabalhos manuais educativos, a educação física, a educação artística e as excursões pedagógicas e à ausência de manuais, de exames, de prémios e de castigos (Candeias, 1994).

## 2. O exemplo dos Centros Escolares Republicanos\*

A organização dos republicanos assentava, como nota Fernando Catroga, na tradição iluminista do clubismo. Os clubes ou centros republicanos tinham funções diversificadas, que passavam pela militância política e pela formação ideológica, mas também pela acção cultural e pedagógica. “Eram, assim, associações híbridas - acrescenta o mesmo autor -, uma mistura de sociedades de pensamento, comités eleitorais, escolas e núcleos protopartidários” (Catroga, 1991, I, pp.22-23).

Os centros republicanos foram-se disseminando um pouco por todo o país, à medida que o trabalho de propaganda ia dando os seus frutos e que a luta contra o analfabetismo se tornava um elemento central da acção republicana. A importância que neles assumia a função educativa é bem ilustrada pelo facto de muitos terem criado escolas e de incluírem a expressão «Centro Escolar Republicano» na sua denominação. Segundo Maria Cândida Proença (2008), existiam, no final da I República, em todo o país, 160 centros, 30 deles em Lisboa. No levantamento parcelar a que procedeu, A. H. de Oliveira Marques (1986) contabiliza 33 centros republicanos com escolas, a maioria deles situados em Lisboa, com o nome de centros escolares e de forte inspiração maçónica.

Na obra comemorativa do 50º aniversário da República, é apresentada uma relação de 24 centros existentes nos quatro bairros da capital, ainda que não seja referenciado o período exacto em que isso se verificava. A lista inclui os seguintes centros: Centro Dr. Alexandre Braga, Centro João Chagas, Centro Dr. Alberto Costa, Centro Rodrigues de Freitas, Centro Fernão Boto Machado, Centro Dr. António José de Almeida, Escola 31 de Janeiro, Grémio Republicano Federal e Centro Republicano Elias Garcia, no 1.º Bairro; Centro Democrático de Lisboa, Centro Dr. Afonso Costa, Centro Tomás Cabreira e Centro Heliodoro Salgado, no 2.º Bairro, o mesmo onde se situava o Centro Democrático, sede do directório do partido, e a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, dirigida por Ana de Castro Osório; Centro José Falcão, Centro Castelo Branco Saraiva, Centro Latino Coelho, Centro Alferes Malheiro, Centro Republicano das Mercês e Centro de Santa Isabel, no 3.º Bairro; finalmente, no 4.º Bairro, Centro da Ajuda, Centro de Belém, Centro Andrade Neves, Centro de Santos e Centro Dr. Bernardino Machado, onde funcionavam também a Sociedade Promotora de

---

\* A redacção deste tópico foi feita em colaboração com a Prof.ª Doutora Maria Manuela Rodrigues.

Educação Popular, o Grémio Republicano de Alcântara e a Associação de Propaganda do Ensino (*História da República...*, 1960, pp.486-487).

A análise do regulamento de um desses centros – o Centro Escolar Republicano Dr. António José d’Almeida (em Lisboa) – permite-nos aprofundar a reflexão acerca das finalidades destas instituições. Entre elas estava “fazer as mais intensas propaganda e difusão possíveis do ideal republicano” (*Regulamento...*, 1907, p.6), formulação que ilustra o papel que lhes era atribuído no quadro da propaganda republicana. Por outro lado, o centro afirmava inequivocamente a sua condição laica. Por exemplo, para se poder concorrer a um lugar de professor efectivo era indispensável “comprometer-se o candidato a professar o ensino laico” (idem., p.17). Na verdade, o laicismo surgia como componente central da propaganda republicana e verdadeira alternativa cultural ao catolicismo, tido como o principal inimigo ideológico do republicanismo.

Outra das principais finalidades era “difundir a instrução nas classes populares”, em particular por via da fundação de escolas, o que nos remete para o papel assumido pela instrução e pela educação como elementos nucleares do projecto de regeneração social promovido pelos republicanos. Para isso, as escolas, a começar pelas dos centros, deveriam tornar-se o lugar privilegiado para a formação dos cidadãos. Era fundamental, nesse âmbito, que o centro constituísse “um vigoroso instrumento de educação cívica”, promovendo alguns dos principais valores da moral laica republicana, tais como “liberdade”, “emancipação” e “solidariedade”, contribuindo, assim, para a construção de uma “sociedade mais perfeita e de melhores dias para todos os cidadãos portugueses” (idem., p.21). As referências maçónicas são incontornáveis. No apelo final anexo ao regulamento em análise, afirma-se o seguinte:

Que todos os membros do CENTRO - aliados e solidarizados como irmãos que muito desejam auxiliar-se, perfeccionar-se e «SUBIR SEMPRE PARA O MELHOR» -, marchem para o Futuro, de mãos dadas, corações unidos e como um só homem, à conquista de um ideal de justiça, de resgate e de solidariedade humana. (idem., p.22)

De resto, o tema da solidariedade atravessa todo o documento, dando conta da sua centralidade no âmbito da moral laica que impregna a acção dos centros escolares. A primeira das finalidades que lhe são designadas é a de servirem como “laço de união, de solidariedade e de amor fraterno entre todos os republicanos”. Várias das finalidades previstas e, em alguns casos, desenvolvidas pelos centros, remetem para a concretização do referido princípio, como a de promover o “auxílio mútuo”, se necessário através da

atribuição de “recursos pecuniários”, a de criar um “Cofre de solidariedade com a infância”, tendo em vista a distribuição de alimentos, livros e vestuário a crianças necessitadas, ou a de colocar uma caixa numa das salas da sede para que os sócios aí depositem os seus contributos com fins humanitários (idem., p.6).

Para além destas, o regulamento prevê um conjunto de outras actividades que visam, acima de tudo, a difusão do “ideal republicano” e da “instrução nas classes populares”, como era o caso da organização de conferências, palestras científicas e literárias, sessões de leitura e de lições de coisas, comícios públicos, colecções científicas e exposições de arte, biblioteca, excursões e visitas a museus e monumentos e, também, a publicação de um jornal periódico, folhas volantes, manifestos e opúsculos sobre temas instrutivos e científicos. Estas actividades expressam, de forma clara, as concepções, partilhadas pela elite republicana e pelos intelectuais do período, pondo em destaque, para além do combate ao analfabetismo, o papel da vulgarização científica, artística e cultural no âmbito da educação popular. Outra das actividades propostas é a que se refere à afixação, principalmente nas salas de aula do centro, de “quadros impressos” e “gravuras, pensamentos e máximas sobre moral e educação cívica”, tendo como objectivo a sua interiorização pelas crianças e pelos sócios, para que se conduzam por elas pela vida fora (idem., p.6). Esta prática tinha por base a crença, amplamente difundida no período, na eficácia moral da intuição sensível. Vejamos, também, a impressiva descrição que um autor da época, Rocha Martins, faz do ambiente e da actividade dos centros escolares, tendo como referência principal os diversos centros existentes no Bairro de Alcântara:

Os operários... frequentavam os centros republicanos. Pagavam as suas quotas e abriam escolas para os pequenos, geralmente uma sala apenas com os retratos dos caudilhos... De vez em quando um comerciante oferecia o mobiliário. Quotizavam-se para fazer cantinas e balneários e os pequenos encontravam, com a educação, o lanche, o banho e o amparo... Aos domingos faziam digressões e davam récitas. Realizavam passeios recreativos em que as crianças tomavam parte... Fazia bem ver as crianças comendo, arrancadas à rua e trazidas dos lares pobres, durante umas horas, para melhor agasalho. (*História da República...*, 1960, p.486)

A vocação social dos centros escolares está aqui bem espelhada. Para além do ensino das primeiras letras, pretendia-se retirar da rua as crianças em risco e promover a sua regeneração física, através da alimentação e da habituação a práticas de higiene, inexistentes na família. É bem visível, por outro lado, a articulação entre algumas das

práticas educativas do republicanismo e as concepções da pedagogia moderna, designadamente no que se refere à concretização do ideal de educação integral.

A dinâmica organizativa dos diversos centros espalhados pelo país deveria ser idêntica entre si. Tendo como referência o regulamento já referido, constata-se que havia três qualidades de sócios: os honorários, os protectores e os contribuintes. Os sócios honorários seriam aqueles cidadãos que a assembleia-geral entendesse serem dignos de tal distinção, como resultado dos méritos ou serviços prestados. Relativamente à qualidade de sócios protectores, estariam agrupados nesta categoria os cidadãos que contribuíssem com determinada quantia, em dinheiro ou valores. Por último, seriam sócios contribuintes todos os cidadãos que contribuíssem mensalmente para o Cofre do Centro com a quantia a que se tivessem comprometido, para além de pagarem, ao associarem-se, 50 réis pelo bilhete de identidade e 100 réis pelo regulamento e de oferecerem à biblioteca, pelo menos, um livro à sua escolha, mas que nela ainda não existisse. Para se ser sócio efectivo era necessário, em regra, ter mais de 18 anos de idade, “ser homem de bem” e, claro, “ser republicano” (*Regulamento...*, 1907, p.8). Para além de outros direitos, os sócios podiam usufruir da possibilidade de frequentarem os gabinetes de leitura e as aulas do centro e de nelas matricular os seus filhos.

O corpo docente dos centros escolares republicanos seria constituído por professores efectivos, auxiliares e eventuais. O provimento dos professores era da alçada da direcção de cada centro e seria feito por meio de concurso. Para concorrer aos lugares de professor efectivo era necessário “ter as competentes habilitações literárias e científicas”, possuir “condições físicas e morais atestadas por médico e por qualquer outra instituição de ensino” e, como já foi referido, comprometer-se a adoptar “o ensino laico” (*idem.*, p.17). Não podiam ser professores dos centros os indivíduos que não tivessem demonstrado, “em todos os seus actos públicos e políticos, a sua crença na república e nos princípios de liberdade e de emancipação humana” (*idem.*, p.19). Para os cargos de professores auxiliares podiam ser admitidos, entre outros, sem dependência de concurso, os alunos do próprio centro que mostrassem “boa aplicação e tendências para o ensino” (*idem.*, p.17). Eram considerados professores eventuais os sócios que se prestassem a ensinar qualquer disciplina. Os ordenados dos professores efectivos eram estipulados pela direcção, enquanto que os professores auxiliares e os eventuais não usufruíam de vencimento, embora a direcção pudesse estipular-lhes uma gratificação anual ou por período escolar. Das competências atribuídas aos professores destacaremos

apenas aquelas que nos parecem mais prováveis de serem comuns a outros estabelecimentos congêneres: reger as cadeiras de acordo com os programas e a orientação educativa e filosófica do centro; dirigir as visitas e as excursões dos alunos; formular um mapa mensal do aproveitamento e frequência dos alunos; fazer parte dos júris de exames, de concursos para professores e para atribuição de prémios aos alunos, entre outras. Aos professores estava interdita a aplicação de castigos corporais aos alunos. Saliente-se o facto dos professores efectivos terem de possuir as habilitações legalmente definidas, ou seja, desde 1901, o curso da Escola Normal, enquanto que para as restantes categorias bastava, respectivamente, ter sido aluno ou ser sócio do centro, o que dá conta das ambiguidades ainda existentes, designadamente no âmbito dos centros escolares republicanos, relativamente ao processo de profissionalização do professorado.

Em correspondência com o espírito republicano e com as práticas habituais neste tipo de instituições, os centros escolares realizavam, com frequência, festividades de natureza cívica. Um exemplo, de que chegou até nós a respectiva publicação, foi a «Festa de solidariedade escolar em homenagem ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Pedro Boto Machado, promovida pelo Centro Escolar Republicano Dr. Magalhães Lima em 31 de Janeiro de 1916». Comemorava-se, neste caso, uma das datas sacralizadas pela pedagogia cívica republicana, o 31 de Janeiro, evocativo da malograda tentativa revolucionária de 1891 no Porto, na qual Pedro Boto Machado havia participado. Marcou presença o próprio patrono do Centro e Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano Unido, Magalhães Lima, que elogiou iniciativas como esta, dedicadas às crianças, considerando-as “uma festa de luz, de amor e de bondade” (*Festa de solidariedade escolar...*, 1916, p.11). No seu discurso, Fernão Boto Machado, irmão do homenageado, chamou a atenção, igualmente, para a importância educativa deste tipo de festividades cívicas, evocando as suas raízes míticas:

É necessário restabelecer a tradição dos revolucionários franceses e das repúblicas romanas e atenienses, que em todas as coisas grandes e elevadas achavam um motivo alto para celebrarem festas de educação cívica e artística e elevarem a alma do povo pela arte, pela luz e pelo amor das coisas boas ou belas... De resto, a República está implantada, mas não está feita... O que convém, pois? Educar as gerações novas, para que estas realizem a República que nós sinceramente visionámos, através dos nossos sonhos idealistas e precursores (idem., p.45)



Num balanço parcial, gostaríamos de sublinhar o papel decisivo desempenhado pelos centros escolares no quadro da revolução cultural almejada pelos republicanos como complemento da revolução política concretizada no 5 de Outubro. Importava formar o cidadão necessário à preservação futura da jovem república, conduzindo-o não só à luz da instrução mas, igualmente, à interiorização dos valores do republicanismo e à adesão afectiva, pela prática dos seus rituais, aos símbolos do novo regime.

### **3. O projecto global de formação de cidadãos republicanos e patriotas**

#### **3.1. A educação cívica escolar**

A I República constituiu um período de grande riqueza no que diz respeito às preocupações com a formação do cidadão, conduzindo a um novo entendimento, em alguns dos seus aspectos, da noção moderna de cidadania. Ao pôr em causa o predomínio do catolicismo sobre a consciência dos portugueses, o republicanismo sentiu a necessidade de elaborar uma alternativa que preenchesse a função consensual e integradora até aí desempenhada pela religião. Pretendia-se fomentar o desenvolvimento de uma nova unidade espiritual e moral da nação, o que implicava a união de todos os portugueses à volta da ideia de república, dos valores a ela associados e, naturalmente, das novas instituições. A importância atribuída ao consenso e à integração social tem, sem dúvida, que ver com a forte influência do positivismo no pensamento republicano. A escola – e, particularmente, a escola primária – tornou-se o lugar privilegiado para recriar um conjunto de ideias e aspirações comuns a todos, embora tendo como ponto de partida um fundamento completamente diferente do permitido pela religião. Será a educação moral e cívica laica a substituta da religião e moral católica nessa tarefa (Pintassilgo, 1998).

A importância da educação cívica tinha ainda que ver com a necessidade de consagrar a república como alternativa credível à monarquia recentemente deposta, a qual possuía uma longa tradição, e cujos símbolos e valores, juntamente com os do catolicismo, se haviam enraizado no coração dos portugueses. Era fundamental que a mudança de regime fosse sentida como irreversível para que a república se consolidasse. Convém termos em conta que estamos perante uma nova ordem social, cuja legitimação urgente era condição necessária à sua sobrevivência. O projecto de implementação da educação cívica no currículo escolar visava, assim, contribuir para a estabilização e salvaguarda da jovem república portuguesa. Conscientes de que a

mudança de regime era, por si só, insuficiente, tornando-se antes necessário implantar a república no fundo das consciências, os republicanos vão investir a escola primária nessa função. Republicanizar os cidadãos tornou-se um dos principais objectivos do currículo escolar, daí que faça sentido falar de «educação republicana», como o faz o seu grande apologista e propagandista, João de Barros. Nessa perspectiva, a escola não deveria ser neutra do ponto de vista político e filosófico, mas antes militantemente laica, patriótica e republicana.

No âmbito das reformas educativas do período republicano dedicadas à instrução primária (reformas de 1911 e 1919), bem como nos programas elaborados em 1919 e 1921, e educação cívica foi uma presença constante no currículo, ainda que sob designações diversas e variando segundo os graus e anos de escolaridade. Em 1921, por exemplo, a disciplina de «educação cívica» surgia de forma autónoma nas três últimas classes do ensino primário geral, então com cinco anos. Na 3ª classe sugere-se a leitura e a explicação de textos em que estejam presentes, entre outras, as ideias de pátria, república, cidadão, soldado, lei, justiça, liberdade, igualdade, fraternidade e solidariedade. Entre os temas da 4ª classe encontram-se «noções simples sobre a evolução humana e as vantagens dos regimes democráticos» e «o cidadão: suas obrigações individuais, familiares e sociais e seus direitos». Finalmente, na 5ª classe encontramos conteúdos programáticos tais como: «poder legislativo, poder executivo e poder judicial», «a Constituição política da República», «superioridade do regime republicano», «os deveres políticos e os deveres do cidadão», «o sufrágio», «o Senado e a Câmara dos Deputados» e «a lei: necessidade de obediência à lei» e a «gratuidade e obrigatoriedade do ensino». Esta é uma lista sintomática no que se refere ao conteúdo da socialização política pretendida pelo poder republicano. Os programas valorizavam, como se pôde ver, a aquisição de conhecimentos respeitantes ao funcionamento do regime liberal democrático, conhecimentos esses que deveriam servir de base à interiorização dos novos valores laicos e republicanos.

Assistimos, a este nível, a uma interessante convivência entre valores diferentes do ponto de vista da sua fundamentação filosófica e ideológica, mas cuja conjugação é relativamente coerente. A herança liberal está inevitavelmente presente ou não fosse o republicanismo uma variante do liberalismo. A generalidade dos manuais de educação cívica apresenta a fórmula «liberdade - igualdade - fraternidade» como sendo a divisa geral de todas as repúblicas, enquanto que a divisa particular da I República portuguesa seria «ordem e trabalho». Embora retomando a trilogia revolucionária, a República

pretendia apresentar-se como relativamente moderada, daí a preocupação, típica do positivismo, de compatibilizar o progresso com a preservação da ordem. A presença de valores caros ao liberalismo moderado de oitocentos, designadamente o direito à propriedade, é disso igualmente prova. O referido destaque era contrabalançado pela presença de valores que remetiam para preocupações de ordem social, em particular no que se refere à solidariedade. A alternativa apresentada à moral católica, entretanto afastada da escola, era uma moral laica assente na solidariedade. Esta representava a reactualização positivista das preocupações de altruísmo social anteriormente contidas na noção de fraternidade. Surgem, na mesma linha de pensamento, amplas referências à cooperação, à filantropia e à generosidade social.

Não foi pacífica a concretização da educação cívica ao nível do currículo formal, tendo dado mesmo lugar a intensas polémicas no campo educativo. A tradição iniciada com os catecismos políticos foi, no essencial, mantida, conduzindo à sobrevalorização das informações relativas à Constituição, ao carácter acentuadamente descritivo, ao apelo à memorização, entre outras limitações à época apontadas, realçadas ainda pela fraca qualidade geral dos compêndios em uso. Algumas das críticas chamam a atenção para a desadequação da educação cívica ao desenvolvimento psicológico das crianças, outras põem mesmo em causa a existência de um espaço curricular próprio. Para a generalidade dos educadores ligados ao movimento renovador, a educação cívica não devia existir como disciplina, devia antes ser uma preocupação de todos os professores, estar incluída em todas as matérias, para além de ser ensinada por «processos indirectos» e recorrendo a métodos preferencialmente activos. A educação cívica aprendia-se, segundo esta óptica, não em livros, mas na prática, em perfeita integração com a vida e o ambiente escolar, tendo por base a observação, a experiência, a própria actividade do educando e desenvolvendo-se a propósito dos então chamados «factos ocorrentes» na vida escolar ou social. As estratégias mais valorizadas deveriam ser, para além do aproveitamento pedagógico do professor como modelo, uma ideia de todos os tempos, a prática do diálogo socrático, a realização de visitas de estudo e de passeios pedagógicos, a leitura e comentário de textos literários e jornalísticos, o recurso ao teatro e ao animatógrafo, a organização de festas escolares, a realização de trabalhos em grupo de alunos, a elaboração de quadros parietais, entre outras.

A forma privilegiada de promover a educação moral e cívica durante o período republicano foi, no entanto, a que ficou conhecida para a posteridade pela expressão inglesa *self-government*, fomentada pelos meios da Educação Nova (Ó, 2003). O

pressuposto daquela prática, que tinha em vista a autonomia dos alunos, era o de que só a vivência concreta de experiências democráticas permitiria preparar esses mesmos alunos para a vida numa sociedade democrática. A sua manifestação mais habitual no Portugal republicano assumiu a forma das associações de estudantes baptizadas como «solidárias», através das quais se organizava a participação activa dos alunos na vida da escola. Adolfo Lima foi um dos seus impulsionadores na já referida Escola-Oficina n.º1. Essas associações deveriam reflectir, em ponto pequeno, as instituições sociais dos adultos, constituindo-se como verdadeiros «laboratórios sociais», em que a criança e o adolescente experimentariam a vida social. A escola devia, nesta perspectiva, não só integrar-se, o mais possível, na vida social, como ser ela própria uma espécie de «sociedade em miniatura».

Ao nível da pedagogia oficial do republicanismo, e em contraponto com a já referida pobreza no que diz respeito à concretização curricular formal da educação cívica, não podemos deixar de sublinhar a riqueza e o interesse das suas manifestações curriculares mais informais, designadamente os cultos, rituais e símbolos de inspiração laica que marcavam presença nos espaços e contextos escolares e dos quais não está ausente uma certa conotação religiosa. Este facto remete-nos, igualmente, para a importância de que se reveste a dimensão afectiva na formação dos cidadãos.

O projecto republicano de formação de cidadãos assumia o patriotismo como a ideologia capaz de gerar o consenso e de contribuir para a interiorização de uma memória colectiva que servisse de base ao fortalecimento da identidade nacional. A entidade unificadora que era a pátria passou a ser alvo, como nunca até aí, de um processo de sacralização que aspirava à sua consagração no coração, mais do que na cabeça, dos jovens portugueses que frequentam a escola primária e que a república encarava como sendo os cidadãos do futuro. Assim se compreende a importância então assumida por manifestações tais como o culto da bandeira e do hino ou o culto dos heróis da pátria. Todos os manuais de educação cívica incluem capítulos ou tópicos dedicados à pátria, vista como «mãe» de todos nós.

Além disso, o patriotismo difundido por essa via era um patriotismo no qual a dimensão histórica aparecia como fundamental. A pátria surgia identificada, em grande medida, com a sua história. Consciente da ruptura que protagonizava, carente de legitimação, a república assumiu-se como herdeira do passado nacional. Tratava-se de uma história velha de quase oito séculos. Assistimos, assim, a uma espécie «invenção da tradição» por parte da pedagogia cívica republicana. Desse passado destacam-se,

pelo seu prestígio, alguns momentos, designadamente as origens ou a luta pela preservação da independência nacional. O momento da história portuguesa mais prestigiado, e no qual se verificou um maior investimento sentimental, foi, no entanto, o período das descobertas e da expansão marítima. É isso que permite compreender a promoção, pelo republicanismo, da figura de Luís de Camões como figura mais representativa da hagiografia nacional. Poeta da grande epopeia, ninguém melhor do que ele para simbolizar o regresso à «idade de ouro» perdida. Portugal regenerar-se-ia retornando à sua vocação histórica de potência colonial. Era o regresso a um passado que constituía, na verdade, um passado mítico.

Podemos afirmar que foi com a I República que o dilema inaugurado pela modernidade liberal atingiu a sua maior intensidade dramática. É verdade que se aspirava, porventura de forma genuína, à formação do cidadão, autónomo e consciente, preparado para a vida em democracia. No entanto, a vontade de, num contexto adverso, contribuir para a preservação da nova ordem, aliada ao desejo de todos integrar numa mesma comunidade simbólica, assente nos valores e nos símbolos do republicanismo e do laicismo, acabaram por legitimar práticas que remetem mais para a noção contemporânea de «endoutrinação». A distância que separa a educação cívica republicana da educação para a cidadania em que hoje nos revemos é ainda inquestionavelmente grande.

### **3.2. A Festa da Árvore**

A Revolução francesa constituiu um momento de grande riqueza no que diz respeito à realização de festas com um carácter cívico e pedagógico. Entre as festas então fomentadas encontravam-se as dedicadas ao culto da árvore. A 3ª República francesa incorporou o referido culto no sistema institucionalizado de festividades cívicas tendente à consagração do regime, constituindo a principal referência para o seu desenvolvimento em Portugal (Pintassilgo, 1998; Rodrigues, 2007)

Em Portugal, as festas da árvore começam a ser celebradas nos últimos anos da monarquia. As primeiras festas realizadas parecem ter sido as de 1907, dinamizadas pela Liga Nacional de Instrução, uma associação ligada ao republicanismo e à maçonaria. No entanto, só depois da implantação da I República é que esta festividade recebeu um notório incremento. A festa da árvore realizada em 12 de Março de 1911 foi já rodeada de algum aparato. Em 1913, *O Século Agrícola* tomou a iniciativa de organizar a «Festa Nacional da Árvore», implicando a realização de festas simultâneas

um pouco por todo o país, sendo para tal escolhido o dia 9 de Março. Este terá sido o ponto alto da nova festividade cívica escolar. Nos anos seguintes ainda consegue manter algum dinamismo, embora o entusiasmo diminua gradualmente ao mesmo tempo que se acentua o seu carácter estereotipado. Os últimos anos da I República testemunham o declínio da festa da árvore.

Tal como as «árvores da liberdade» em França, as árvores plantadas pelas crianças portuguesas, durante as suas festas da árvore, são igualmente de uma grande riqueza e complexidade simbólica. A árvore surge, acima de tudo, como símbolo da regeneração, isto é, ela representava, de forma admirável, a capacidade de renovação característica da natureza, do mesmo modo que a república se pretendia apresentar como regeneradora de uma pátria há muito decadente. A árvore simbolizava, ainda, outros valores cívicos e morais caros ao republicanismo como pátria, liberdade, solidariedade ou vida.

Na maioria dos casos a festa da árvore decorreu no mês de Março, assinalando a passagem do Inverno para a Primavera. Este facto expressava, provavelmente, a continuidade entre os ancestrais ritos de sagração da natureza, que ocorriam na Primavera, e a nova festividade dedicada à regeneração social. Além disso, os rituais e símbolos fomentados pelos republicanos manifestavam, no fundo, a vontade de apresentar uma alternativa laica em relação às manifestações exteriores do catolicismo, a qual não deixava de estar imbuída de uma certa religiosidade cívica.

O esquema organizativo da festa da árvore manteve-se inalterável de festa para festa, de ano para ano. Um elemento importante era o cortejo cívico, que percorria a localidade dirigindo-se para o local de plantação das árvores, passando pelos pontos centrais da toponímia republicana. Um outro aspecto a realçar é o que se refere ao papel de destaque assumido pelos professores primários na organização da festa, o que nos remete para o papel que a república lhes atribuía como guias espirituais das comunidades. Protagonistas centrais são, igualmente, os jovens alunos das escolas primárias. Na verdade, que melhores actores poderia ter a celebração da permanente capacidade de renovação da natureza que essa vida em crescimento que são os jovens? Apesar de organizada pelas escolas primárias, a festa da árvore extravasava o âmbito estritamente escolar, oferecendo-se como espectáculo cívico no espaço público.

### **3.3. A Instrução Militar Preparatória**

Os batalhões escolares fizeram a sua aparição em França na época da Revolução. Foi, no entanto, durante a III República francesa que conheceram uma maior difusão, em articulação com a inclusão da ginástica e dos exercícios militares no currículo da escola primária. A escola republicana, lugar privilegiado para a formação de cidadãos, tornava-se, também, o espaço ideal para a difusão, junto dos jovens, dos primeiros rudimentos de uma instrução militar. Esta tinha, entre os seus objectivos, o fortalecimento dos sentimentos patrióticos. Instrução militar e educação cívica surgem, assim, intimamente relacionadas (Pintassilgo, 1998).

O exemplo dos batalhões escolares chega a Portugal pela mesma altura em que se dá a sua difusão em França. Em 1881 os exercícios militares são introduzidos na Escola Municipal n.º 1 por Elías Garcia e Teófilo Ferreira. O primeiro batalhão escolar português fez a sua aparição pública num desfile em 1882. A inspiração foi republicana e maçónica. Outras iniciativas se lhe seguiram, aparentemente sem grande continuidade. Em 1907, em plena ditadura de João Franco, é o poder político monárquico que decide, paradoxalmente, apropriar-se da experiência, ao procurar regular a chamada Instrução Militar Preparatória.

Após a implantação da I República procura-se dar um novo impulso a este projecto. O decreto com força de lei de 26 de Maio de 1911 tornou público o regulamento e o programa da Instrução Militar Preparatória. São editados, posteriormente, manuais de apoio a esse programa. O plano de estudos do 1º grau – que engloba a escola primária – inclui, para além da preparação militar propriamente dita, a educação cívica e, significativamente, a ginástica e o canto coral. Para além da interiorização do espírito patriótico, aspira-se à formação do carácter, à aquisição de hábitos de disciplina e à “regeneração” física da “raça portuguesa”. Como em França, a instrução militar dos jovens alunos da escola primária tinha em vista, também, a sua participação nas festas cívicas. Com o objectivo de mobilizar a sociedade civil para a iniciativa, criaram-se, através da Portaria de 1 de Junho de 1912, que publica o respectivo regulamento, as Sociedades de Instrução Militar Preparatória, que têm por finalidade a instrução militar dos cidadãos de forma a que estes estejam preparados em permanência para defender a Pátria em caso de perigo.

No campo educativo, a Instrução Militar Preparatória e os batalhões escolares foram sempre alvo de alguma polémica, como aconteceu nas sessões da Sociedade de Estudos Pedagógicos, assumindo os educadores próximos da chamada Educação Nova, em geral, uma posição contrária à sua existência. Os argumentos invocados combinam

concepções pacifistas e anti-chauvinistas com razões especificamente pedagógicas, designadamente o respeito pela criança ou a crítica a uma disciplina imposta. Os educadores mais próximos da ortodoxia republicana procuram legitimar o projecto lembrando a proximidade entre a formação do cidadão e a formação do militar.

É visível o esforço, especialmente nos primeiros anos da I República, para difundir a Instrução Militar Preparatória pelas escolas. Esses esforços chegaram a conhecer um relativo sucesso. Mesmo assim, a tentativa republicana de militarizar os jovens alunos das escolas primárias portuguesas não teve uma real continuidade. Convém não esquecer, no entanto, o contributo positivo que a iniciativa terá dado para a difusão da educação física em Portugal, acabando esta por se libertar da tutela militar a que surgiu associada na fase inicial.

#### **4. Considerações finais**

O balanço que podemos fazer da política educativa do republicanismo não deixa de ser ambíguo e multifacetado. Assistimos, por um lado, a um imenso investimento retórico no campo educativo, mas a sua concretização na realidade educativa ficou claramente aquém do desejado, em particular no que se refere à redução da taxa de analfabetismo. Por outro lado, assistimos à proliferação de um sem número de experiências educativas variadas, algumas da iniciativa do republicanismo oficial outras do rico e diversificado movimento associativo do período. Essas mesmas experiências ora têm por base modelos educativos tradicionais ora contêm interessantes inovações pedagógicas que as aproximam das chamadas Escolas Novas. Um outro dilema é o que se refere ao carácter precursor de algumas práticas atinentes à formação para a cidadania em contraponto à vontade de imposição dos valores associados ao republicanismo e ao patriotismo que marcou de forma visível a pedagogia cívica então fomentada.

#### **Referências**

Araújo, A. F. (1997). *O “homem novo” no discurso pedagógico de João de Barros. Ensaio de mitanálise e de mitocrítica em educação*. Braga: Universidade do Minho.

Bandeira, F. (1994). *A Universidade Popular Portuguesa nos anos 20. Os intelectuais e a educação do povo: entre a salvação da República e a revolução social*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.



Candeias, A. (1987). As escolas operárias portuguesas do 1.º quarto do século XX. *Análise Psicológica*, V (3), 327-362.

Candeias, A. (1994). *Educar de outra forma. A Escola-oficina nº1 de Lisboa. 1905-1930*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Catroga, F. (1991). *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910* (2 vols.). Coimbra: Faculdade de Letras.

Fernandes, R. (1993). *Uma experiência de formação de adultos na 1ª República. A Universidade Livre para Educação Popular. 1911-1917*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

*Festa de solidariedade escolar em homenagem ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Pedro Boto Machado, promovida pelo Centro Escolar Republicano Dr. Magalhães Lima em 31 de Janeiro de 1916*. Lisboa: Tipografia de Francisco Luís Gonçalves.

Gonçalves, M. N. (2007). O ideário educativo republicano. Da propaganda eleitoral republicana aos debates parlamentares (1878-1910) (3 vols.) [Tese de Doutoramento]. Évora: Universidade de Évora.

*História da República. Edição comemorativa do 50º aniversário da implantação da República* (1960). Lisboa: Editorial «O Século».

Lopes, R. (1995). *Sociedade de Instrução e Beneficência «A Voz do Operário». Uma associação representativa da classe dos manipuladores de tabaco, em particular, e da classe operária, em geral*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.

Marques, A. H. de Oliveira (1986). *Dicionário de maçonaria portuguesa* (2 vols.). Lisboa: Editorial Delta.

Ó, J. Ramos do (2003). *O governo de si mesmo. Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)*. Lisboa: Educa.

Pereira, I. (1998). *História de um paradigma : o método João de Deus e as Escolas Móveis* (Tese de Doutoramento). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Pintassilgo, J. (1998). *República e formação de cidadãos. A educação cívica nas escolas primárias da Primeira República portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.

Proença, M. C. (2008). A republicanização da educação e da escola. In N. F. Cunha (Coord.). *Pedagogia e educação em Portugal. Séculos XX e XXI* (pp.163-189). Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão / Museu Bernardino Machado.

*Regulamento do Centro Escolar Republicano Dr. António José de Almeida* (1907). Lisboa: Tipografia Bayard.

Rodrigues, M. M. (2007). *O verde e o vermelho dos bancos de escola. O ensino primário na 1ª República no Barreiro* [Tese de Doutoramento]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.